

EDITORIAL

“MÚSICA NO CORAÇÃO”

Título em português de um filme velho que não envelheceu. Se bem se lembram, é um filme musical em que a música aparece como intérprete calorosamente expressiva de uma variada paleta de sentimentos eternos, assumindo, no clímax dramático, um papel claramente salvífico.

Porventura roçando o popularucho, este título afigura-se-me porém uma fórmula certa e sincera para definir uma das artes que, no dizer de alguém, foi, “depois da Criação, o primeiro milagre de amor do Criador”- a Música.

Vem este intróito a propósito da celebração, este ano, do bicentenário do nascimento do Frédéric Chopin, o qual, pela sua dimensão única e universal, não pode ser ignorado nesta rememoração.

Foi Chopin, pianista e compositor polaco-francês, uma das encarnações mais acabadas do culto desta arte, com a qual partilhou a vida inteira numa relação de amor total. Fez da música um perene e apaixonado solilóquio, num *fiat* radical, do qual nos deixou o eco comovido e comovente. A sua obra terá plasmado as expressões mais vivas e sentidas da história da Música.

Música que Leibniz definia como “a *álgebra* de Deus” porque, na realidade, o seu poder criativo se exerce, para além do Bem e do Mal, do Verdadeiro e do Falso. Pode dizer-se, nessa medida, que há algo nela de *meta-físico*.

Porém a Música pode invadir e comandar o espírito humano com uma força de sentimento capaz de desencadear as sensibilidades e os registos mais díspares – dos contemplativos aos heróicos; da *balada* à *marcha fúnebre*, de um *nocturne* a uma *polonesa*. Com um hino se reza, por um hino se mata ou se morre...

E é aqui que cabem as palavras de Daniel Barenboim, pianista e maestro israelita que teve a coragem e a esperança de formar uma orquestra mista de jovens músicos de todo o Médio-Oriente (israelitas, palestinianos, jordanos, libaneses e egípcios reunidos

no projecto The West-Eastern Divan Workshop, concebido como uma contribuição para a paz nos territórios) na sua obra “Está tudo ligado – *O poder da música*”. (Lisboa, Editorial Bizâncio, 2009):

“A música tem um poder que vai para além das palavras”[...]

“O poder da música assenta na sua capacidade de falar a todos os aspectos do ser humano – o animal, o emocional, o intelectual e o espiritual. Muitas vezes pensamos que as questões pessoais, sociais e políticas são independentes, não se influenciando umas às outras. Com a música aprendemos que isso é uma impossibilidade objectiva; não existem, pura e simplesmente, elementos independentes. O pensamento lógico e as emoções intuitivas devem estar permanentemente unidos. Em suma, a música ensina-nos a que está tudo ligado”[...] “Como se vê, a ideia da música podia servir de modelo à sociedade; ensina-nos a importância da interligação entre transparência, poder e força”.

Cântico ou cantiga – de amigo ou de amor – canção de embalar ou de trabalho, vocal, instrumental ou ambas, a música *diz* tudo: fé, saudade, amor, povo... Tudo a ver com coração! Pelo que talvez valha lembrar a propósito, aquele pedaço de música nascido da inspiração de Alfredo Keil e que ora faz 100 anos – “A Portuguesa” que fizemos nosso Hino nacional – *musica nostra* que com o coração se ouve e se canta, nos une e nos faz Pátria. Nela soa aquela parte de nós indizível e inquestionável, aquele fio de voz que nos vem não importa donde, que nos sustenta e nos sustém, aquele orgulho inexplicado e íntimo que é nossa amarra e nosso lastro.

Maria Lúcia Garcia Marques

INTEGRIDADE CIENTÍFICA: A ENCRUZILHADA ENTRE A LIBERDADE E A RESPONSABILIDADE

Ana Sofia Carvalho¹

A nossa sociedade encontra-se confrontada com um problema de monta, nascido do desenvolvimento dessa enorme máquina onde a ciência e a técnica estão intimamente associadas naquilo a que se convencionou a chamar tecnociência. Esta enorme máquina não produz apenas conhecimento e elucidação; como refere Lobo Antunes (2008), se é verdade que “cientificamente” se tornou, para todos os efeitos, uma forma de louvor epistémico que significa “forte, confiável, seguro”, tal exaltação animou também a sua vulnerabilidade; a ciência como falível, imperfeita e até por vezes corrupta. Na realidade o progresso eterno, todo-poderoso, infinitamente bom – esse grande Deus das ideologias modernas, com os seus severos mandamentos: “tens de fazer sempre mais e melhor e cada vez mais depressa” – revelou a sua fatal dupla face e a credibilidade da ciência tem, recentemente, sofrido duros golpes. Este artigo pretende, de uma forma obrigatoriamente sintética, definir conceitos essenciais e estimular a reflexão e a discussão nesta temática de importância e preocupação crescente na comunidade científica nacional e internacional.

As orientações daquilo que deve constituir uma conduta responsável em investigação são praticamente inexistentes em Portugal e, a nível internacional, não estão organizadas de forma clara: algumas têm enquadramento legal ou aparecem vertidas nas políticas das instituições e tem de ser seguidas, outras, aparecem em códigos e guias de conduta e devem ser seguidas, e outras ainda, embora não estejam formalmente instituídas, são, presumivelmente, assumidas e transmitidas de forma informal entre investigadores e pelos tutores/orientadores. Uma definição de conduta responsável em investigação científica, apresentada pelo “Office of Research Integrity (ORI, 2006) inclui a “condução de investigação de forma a garantir as responsabilidades profissionais do cientista contribuindo para a perpetuação da ciência como empreendimento de alto prestígio social”. A responsabilidade em investigação encontra-se por sua vez enquadrada na matriz da integridade e da ética; a conduta responsável pode referir-se a situações relativas às questões de integridade científica e a questões de ética na investigação científica.

Integridade científica: definições e conceitos

Integridade, do latim *integritas*, aparece definida no dicionário da Academia da Ciências (2001) como: “qualidade do que se mantém intacto, inteiro, íntegro, com todas as suas partes”, “qualidade do que revela rectidão, inteireza moral, imparcialidade e virtude”. A integridade científica compreende o uso de métodos honestos e verificáveis para propor, realizar, avaliar investigação e apresentar os resultados da mesma, com especial atenção no cumprimento de regras, regulamentos, guias de conduta e códigos ou normas profissionais. Por outro lado, a ética na investigação científica implica o estudo dos problemas morais associados com a investigação biomédica e comportamental.

Relativamente à integridade científica podemos encontrar duas situações: situações de fraude científica e situações de conduta questionável. O termo “fraude científica” (scientific fraud), que

se impôs na literatura como rótulo distintivo de todas estas situações, tem, por requisitos legais, sido progressivamente substituído pelo termo “má conduta em investigação” (scientific misconduct) (COSEPUP, 2009). Na base desta alteração conceptual encontramos a interpretação legal do termo “fraude”; de facto, na legislação norte-americana, “fraude” pressupõem a existência de prova, não só da desonestidade mas também dos danos causados à vítima. Assim, na grande maioria das vezes tal exigência, a exigência de uma vítima, configura-se pouco adequada aos métodos de investigação científica. No dicionário da Academia das Ciências (2001) “Fraude” aparece definida como “acto cometido de má fé, com o intuito de enganar, lesar ou prejudicar outrem”. Muito embora pese a necessidade de homogeneizar conceitos e denominações a substituição na sua tradução portuguesa, “fraude científica” por “má conduta em investigação”, conduziria a uma afectação clara da sua eficácia retórica e resultaria na perda da dureza que lhes está associada. Assim, ao longo desta apresentação usaremos os dois termos como sinónimos.

Um modelo para a ética e investigação científica

Existem várias categorias de erros; os erros honestos, os erros causados por negligência e ainda, uma terceira categoria de erros, aqueles que envolvem desonestidade. Inventar dados ou resultados (“fabrication” em inglês), mudar ou compor dados ou resultados (falsificação), e usar as ideias ou palavras de uma outra pessoa sem dar o crédito apropriado (plágio) – todos agridem os valores nucleares e estruturantes da ciência e dos cientistas (ORI, 2006). Assim, fraude científica compreende a invenção, falsificação ou plágio na investigação, na execução ou na apresentação de resultados de uma investigação; não implicando contudo erros honestos ou diferenças de opinião. No entanto, em nosso entender o plágio, na maioria das vezes, não tem alcance semelhante à invenção e à falsificação. Aproveitamos para aqui introduzir um contributo para a arrumação destas questões e que nos parece da maior utilidade. Pimple (2002) apresenta um modelo que denomina de “Modelo dos seis domínios da ética em investigação”; o modelo organiza-se em três grandes blocos: o bloco do verdadeiro (ou da integridade científica), o bloco do ético (ou da integridade do cientista e/ou instituição de investigação) e, o bloco da responsabilidade social.

Neste modelo, o primeiro domínio designado de “integridade da ciência”, inclui vários subdomínios, onde encontramos a falsificação e a invenção. Todas as situações encerradas neste domínio causam “dano” e “ofensa” à ciência, ferindo a sua integridade. Assim, o plágio, segundo o autor, situa-se num plano distinto de ofensa; é uma ofensa à comunidade científica mas não à própria ciência. Por exemplo, nenhum dano seria causado à teoria da relatividade se se descobrisse que Einstein a tinha plagiado; representaria um enorme dano na memória do cientista mas não afectaria a qualidade do feito científico. Assim, o plágio, que na interpretação mais clássica se encontra no mesmo domínio da invenção e da fabricação, na proposta de Pimple (2002), passa do primeiro domínio (é verdadeiro?) para um segundo domínio (é ético?).

¹ Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

No modelo de Pimple (2002), no segundo domínio, o domínio da ética, podemos encontrar quatro diferentes subdomínios onde estão incluídas diferentes questões: (1) a colegialidade, relacionada, essencialmente, com as relações entre investigadores, (2) a integridade institucional, que equaciona a eticidade nas relações do investigador com a sua instituição de acolhimento e financiamento e, dois outros subdomínios, mais relacionados com as questões metodológicas e, que incluem as (3) questões éticas da investigação com seres humanos e as (4) questões éticas da investigação com animais.

Dos dois primeiros subdomínios, agrupados, vulgarmente, naquilo que se convencionou designar por práticas questionáveis em investigação científica, iremos tecer brevíssimas considerações sobre os critérios de autoria e os critérios de publicação. Estas questões, talvez menos relevantes para o empreendimento científico que as relacionadas com a fraude, adquiriram um carácter de generalização que importa atentar.

Os critérios de autoria e os critérios de publicação

Uma das questões que se coloca com frequência prende-se com a autoria e ordem pela qual os autores devem constar nos artigos. Este assunto, ainda que não afecte a qualidade da investigação nem tire valor ao conhecimento que esta gera, afecta as carreiras dos investigadores e a reputação da instituição de investigação. O *International Committee of Medical Journal Editors* sustenta que os créditos de autoria devem estar baseados somente em contribuições substanciais para: (a) concepção, planeamento, análise ou interpretação dos dados, (b) redacção do artigo ou sua revisão crítica e, (c) responsabilidade pela aprovação final para publicação. Todas as condições devem ser cumpridas e a contribuição de pessoas que não correspondem aos critérios acima elencados devem ser listadas, com sua permissão, nos agradecimentos. Consideramos serem quatro as categorias relativas aos critérios de autoria que devem merecer especial atenção (Claxton, 2005): (1) a autoria coerciva, também designada de autoria honorária, em que o indivíduo/cientista é autor somente porque o peso institucional assim o exige (num estudo recente Eysenbach (2001) encontrou níveis de autoria coerciva em cerca de 30% de trabalhos publicados); (2) autoria de auxílio mútuo, quando colegas concordam em partilhar autorias sem contribuir de forma significativa nos artigos; (3) autoria oferecida, quando um autor é incluído por respeito e contribuição para a carreira do autor principal e/ou para aumentar as hipóteses de o artigo ser aceite para publicação; (4) a autoria fantasma que configura a situação inversa, quando o autor, por variadíssimas razões, muita das quais relacionadas com conflitos de interesse, não é listado. O aparecimento e fomento dos projectos multicêntricos, espartilhados em áreas de especialização, obrigam uma especial atenção a estes critérios. Nesse sentido, Drummond Rennie (2000), editor adjunto do *Journal of the American Medical Association* (JAMA), sugeriu a substituição de “autores” por “colaboradores”, explicitando, na primeira página, a contribuição de cada colaborador na investigação em causa. Esta proposta, já parcialmente adoptada por alguns jornais, essencialmente na área biomédica, resolveria de forma eficiente esta questão, assim como, a relacionada com a ordem em que os autores são listados; se ficar claro qual a sua participação, não importará a posição em que o seu nome apareça.

Relativamente aos critérios de publicação pensamos existirem três situações, que em níveis diferentes, devem merecer a nossa atenção (Gilbert & Denison, 2003): (1) a publicação redundante

ou duplicada que significa a publicação de um artigo igual ou similar a outro já publicado, o que abarca publicar o mesmo artigo em jornais diferentes de línguas diferentes, ou usar os mesmos dados para publicar diferentes artigos com diferentes hipóteses de investigação; (2) a submissão simultânea de um manuscrito a mais de um jornal designado de “Shotgunning” e, por último, (3) o designado “Salami-slicing”, termo usado para descrever a prática de dividir os resultados de um projecto de investigação numa série de artigos para maximizar o número das publicações. Se o projecto de investigação for complexo e impossível de publicar num único artigo o autor deve dividi-lo em diferentes partes e publica-los, idealmente na mesma revista, como uma série de artigos (parte I, parte II...). Outra situação que deve ser evitada é a auto-super citação; citar-se sempre para aumentar o índice de citação.

O conflito de interesse (Lobo Antunes, 2008) é o que acontece sempre que “uma instituição ou um indivíduo têm um compromisso primário e, simultaneamente, um compromisso secundário que pode anular o primeiro, ou é suficientemente tentador para criar a possibilidade ou aparência de que isso pode de facto acontecer”. O conflito de interesse pode referir-se a situações de conflitos com interesses primários seja, por exemplo, o bem-estar do doente (em investigação clínica), a afectação de tempo a várias tarefas (p.e. docência e investigação), ou por conflitos com interesses secundários, como o ganho financeiro, a afirmação ilícita da prioridade de uma descoberta ou a ambição do reconhecimento público. Os conflitos de interesse e a revisão pelos pares, o “peer review”, e os conflitos de interesse com a indústria farmacêutica, representam situações que têm merecido nos últimos tempos especial atenção, no entanto, não podendo deixar de ser referidas são demasiado complexas para incluir neste artigo e no futuro serão objecto de uma reflexão mais extensa.

Fraude em ciência: alguns números

Diferentes estudos publicados nos últimos anos têm demonstrado um desvio significativo do ideal da ciência e um claro afastamento dos seus valores intrínsecos. Sandra Titus e colegas (2008) publicaram os resultados de um estudo sobre integridade científica na revista *Nature*; neste estudo 2212 investigadores de 605 instituições de investigação americanas foram questionados no sentido de investigar se tinham testemunhado casos de invenção ou falsificação de resultados nos últimos três anos. Os resultados aumentam o rácio estimado pelo “Office of Research Integrity” (2006) num factor de 3; após o estudo estima-se que o valor de condutas fraudulentas se situe em 3/100. Esta mesma tendência é também observada num inquérito realizado aos bolsiros do NIH (National Institute of Health). Estes estudos revelaram também outras situações que importam destacar; aproximadamente 50% dos casos de má conduta são praticados por investigadores seniores (investigadores principais ou post-docs) e aproximadamente 35% dos casos não são denunciados. Estas situações revestem-se de enorme importância quando sabemos que as estratégias de prevenção de má conduta se alicerçam na verificação e controle por parte do orientador/tutor do investigador. Também, o facto de um número significativo de casos não ser denunciado levanta a suspeita que o número poderá, eventualmente, ser superior ao anteriormente apresentado. Um estudo (Ranstam *et al.*, 2000) envolvendo 337 bioestatísticos, um grupo privilegiado no convívio com a fraude em ciência, revelou idêntica tendência; 51% teve conhecimento de fraudes, 31% esteve envolvido em projectos onde existiu fraude e a

20% foi solicitado o apoio em fraudes científicas. Na mesma linha temos o estudo de Geggie (2001) que, surpreendentemente, revela que 18% dos médicos especialistas de hospitais norte-americanos declaram intenção de cometer fraude no futuro.

Muitos laboratórios podem facilmente transformar-se em incubadoras de fraude e, como sublinha McGee (2006) “a má conduta em investigação afigura-se como mais uma das epidemias que preocupam e ocupam os cientistas”. Entre os factores que alimentam a complexa matriz da fraude encontramos entre outros: (1) a pressão para ter resultados, para financiamento de projectos ou para financiamento do próprio através de bolsa, (2) os indicadores bibliométricos, e os seus índices de citação e factores de impacto, (3) a necessidade imperiosa de alimentar o monstro do “estatisticamente significativo”, (4) a falta de tempo e, (5) a falta de formação em integridade científica, ética e estatística.

A avaliação ética dos projectos de investigação científica

As questões relacionadas com a ética em investigação científica, quer utilizando seres humanos quer as que envolvem o uso de animais, são questões, que como referimos anteriormente, se situam no subdomínio do questionamento ético. De facto, a nível internacional, qualquer projecto de investigação apresentado a agências que atribuem subsídios (p.ex. EU, ESF, NIH, NHS, DFG, etc.), após aprovação do painel científico, tem necessariamente, e sempre que este painel identifique questões éticas relevantes, de ser submetido a uma avaliação por um “Painel de Avaliação Ética”. A avaliação da componente ética deve ser consequente à avaliação científica com resultado favorável (elegíveis para financiamento), pelo painel de especialistas multidisciplinar para a área em causa. A entidade que atribui os fundos dá a sua decisão apenas quando há coincidência dos pareceres “científico” e “ético” no sentido da recomendação de aceitação. No entanto, deixamos o sublinhado que, actualmente, o sistema científico nacional não incorpora mecanismos semelhantes. Assim, irei tentar apresentar a forma como se processa a avaliação ética no âmbito do sétimo programa quadro de financiamento à investigação científica da União Europeia.

Toda a avaliação é antecedida pela identificação das questões éticas pelo painel que avalia as questões científicas da área específica do projecto. A grelha de preenchimento inclui a identificação de potenciais questões relacionadas com: (1) a investigação em seres humanos, o que comporta o uso de voluntários adultos e saudáveis, pacientes voluntários, pessoas incapazes de consentir (2) o uso de amostras biológicas e dados pessoais (informação genética humana, informação sensível sobre saúde, estilo de vida sexual, etnicidade, opiniões políticas, religião ou convicções filosóficas), (3) as células estaminais obtidas a partir de embriões, (4) o uso de animais (com especificidades relativas ao uso de primatas não humanos e animais transgénicos) e, (6) a investigação envolvendo países em vias de desenvolvimento.

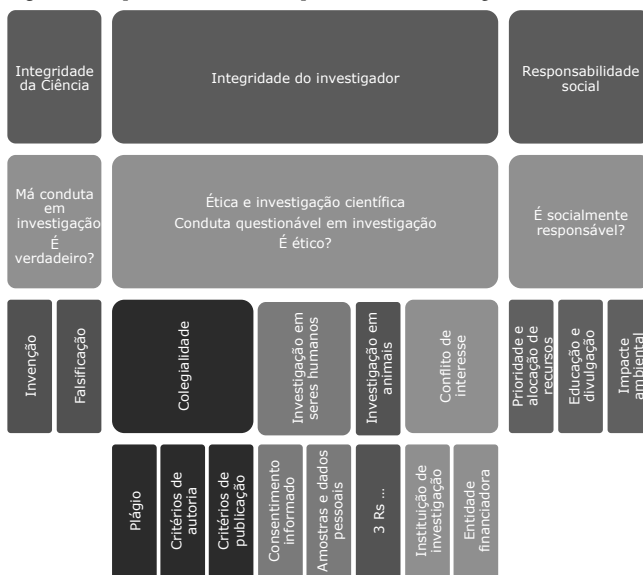
Sempre que o projecto, independentemente da área do saber, inclua o uso de seres humanos para investigação, deve obrigatoriamente incluir a informação sobre: (1) a justificação dessa investigação com base no binómio risco/benefícios para as pessoas envolvidas; (2) os critérios de recrutamento (o número de participantes, critérios de inclusão/exclusão, incentivos directos/indirectos para a participação) e, (3) a indicação dos detalhes relacionados com a informação fornecida e a obtenção do respectivo consentimento. As cópias dos formulários de consentimento e as fichas de informação

devem ser incluídas. Estas devem estar no idioma e nos termos mais compreensíveis para os participantes. Os participantes devem ter o direito de: (a) saber que a participação é voluntária, (b) fazer perguntas e receber respostas compreensíveis antes de tomar uma decisão, (c) saber o grau de risco e encargo envolvido na participação; (d) saber quem beneficiará da participação; (e) conhecer os procedimentos que serão implementados no caso de descobertas acidentais (descoberta de doença no âmbito da investigação e que o participante tem o direito de manifestar vontade de conhecer ou de não conhecer); (f) receber garantias de que a cobertura do seguro adequada está em vigor; (g) retirar-se ou retirar as amostras do projecto a qualquer momento; (h) conhecer qualquer potencial exploração comercial da investigação.

Quando estão previstas questões relacionadas com a recolha de amostras biológicas e/ou de dados pessoais sensíveis o coordenador do projecto deve incluir a seguinte informação: (a) a especificação e justificação do tipo, quantidade, e fonte das amostras biológicas ou dados pessoais provenientes de seres humanos, (b) a descrição do procedimento usado para obtenção do consentimento informado junto das pessoas a partir das quais o material biológico (dados pessoais) é (são) obtido(s), (c) a descrição dos procedimentos para protecção da confidencialidade e dos dados pessoais, (d) a descrição das medidas para codificação e anonimização dos biomateriais armazenados ou dados (incluem medidas que possibilitem rastreabilidade) e, (e) todos os procedimentos relativos à colheita, armazenamento, medidas de segurança, retenção ou destruição da amostra biológica ou dos dados pessoais.

Quando está previsto no projecto o uso de animais, informação detalhada deve ser apresentada no que concerne: (a) as espécies (ou estirpes quando apropriado) a usar e os motivos da escolha, (b) os detalhes e a justificação sobre o número de animais com referência à metodologia estatística de suporte (se aplicável); (c) o sumário dos principais efeitos adversos nos animais, o que deve incluir os efeitos do alojamento, alimentação, e transporte, assim como, os efeitos do procedimento experimental em si; (d) a especificação do destino dos animais no final da experiência, (e) a especificação das medidas encetadas no sentido dos princípios dos 3 Rs (reduction, refinement and replacement) e, (f) a descrição sobre a natureza das

Figura 1: Proposta de um modelo para a ética na investigação científica



experiências, os procedimentos que serão efectuados e o impacto esperado (p.e. dor, sofrimento, “distress” e “lasting harm”) assim como estratégias para a sua minimização. Quando as experiências são realizadas em primatas não humanos acresce a necessidade de incluir a informação sobre a espécie a usar, a sua origem (i.e. se foram capturados na natureza ou se provêm de cativeiro, e denominação do centro responsável pelo fornecimento dos animais); especificação do parceiro responsável pela importação dos animais e respectivas condições de alojamento e o que vai realizar os procedimentos experimentais. Importante ressaltar que a nova directiva para o uso de animais em investigação foi aprovada durante o mês de Setembro pelo Parlamento Europeu, o que certamente resultará em algumas alterações nas regras previamente elencadas.

Por fim, e sempre que a investigação se realize em países em vias de desenvolvimento e/ou com parceiros destes países, ou ainda, se os resultados tiverem aplicações potenciais nestes países, o projecto deve incluir uma descrição da política para a partilha de benefícios e alocação dos direitos de propriedade e os detalhes relativos à possível contribuição para o “capacity building” dos países em vias de desenvolvimento.

Por razões pedagógicas tentei espartilhar esta última parte num conjunto de regras e procedimentos, no entanto, antes de terminar gostaria de introduzir aquilo que resultou da combinação de um estudo aprofundado e, que em nosso entender, poderá constituir-se como uma abordagem ordenada desta temática (Figura 1).

Teremos, nós cientistas e a ciência, de reaprender a ver, a conceber, a pensar, a agir, a avaliar. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando. Não temos promessa, mas sabemos que o impossível se torna possível na mesma medida em que o possível se torna impossível. A liberdade do cientista é também a sua grande exposição; não é possível conservar as vantagens da liberdade (a independência) livrando-se dos seus correlatos (a responsabilidade). Assim, a nossa relação com a LIBERDADE CIENTÍFICA é, antes do mais, uma relação extremamente dura e violenta com a RESPONSABILIDADE.

Referências

- Claxton, L.D. 2005. Scientific authorship part 2. History, recurring issues, practices, and guidelines. *Mutation Research*, 589, 31–45.
- Committee on Science, Engineering, and Public Policy, National Academy of Sciences, National Academy of Engineering, and Institute of Medicine (COSEPUP). 2009. *On Being a Scientist: A Guide to Responsible Conduct in Research*. Third Edition, National Academies Press, Washington.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. 2001. João Malaca Casteleiro, (Coord.), Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Eysenbach G. 2001. Medical students see that academic misconduct is common, *British Medical Journal*, 322: 1307.
- Geggie D. A survey of newly appointed consultants’ attitudes towards research fraud. *Journal of Medical Ethics*. 2001;27: 344–346.
- Gilbert, F.J., Denison, A.R. 2003. Research misconduct. *Clinical Radiology*, 58(7): 499-504.
- McGee G. 2006. Lies, Damn Lies? and Scientific Misconduct. *The Scientist – Magazine of the Life Sciences*, 20(2): 24.
- Lobo Antunes, J. 2008. Conflitos de interesse. In *Investigação Biomédica: Reflexões éticas*. Paula Martinho da Silva (Coord.). Gradiva, pp 151-182.
- Office of Research Integrity (ORI). 2006. ORI Introduction to the Responsible Conduct of Research. Nicholas Steneck (Coord.), In <http://ori.hhs.gov/education/products/RCRintro/index.html>
- Pimple, K. D. 2002. Six domains of research ethics: A heuristic framework for the responsible conduct of research. *Science and Engineering Ethics*, 8:191-205.
- Ranstam J., Buyse M., George S.L., Evans S., Geller N.L., et al. 2000. Fraud in medical research: An international survey of biostatisticians. *Controlled Clinical Trials*, 21: 415–427.
- Rennie, D., Flanagan, A., Yank, V. The contributions of authors. *JAMA*, 284: 89–91, 2000.
- Titus, S. L., Wells, J. A., Rhoades, L. J. 2008. Repairing research integrity. *Nature*, 453, 980–982. ■

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS ELEITOS NA ASSEMBLEIA GERAL DA SCUCP em 16 de Junho de 2010

Assembleia Geral

Presidente:

Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa

Vice-Presidente

Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem

Secretária

Prof.^a Doutora Marília Pereira Lúcio dos Santos Lopes Hanenberg

Direcção

Presidente

Prof. Doutor Manuel José do Carmo Ferreira

Vice-Presidente

Prof. Doutor José Carlos Seabra Pereira

Vogais

Prof.^a Doutora Maria Isabel Sanches Horta Correia Rio de Carvalho

Prof. Doutor Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada

Prof.^a Doutora Ana Maria Castelo Martins Jorge

Prof. Doutor Pe. José Tolentino Calaça de Mendonça

Prof.^a Doutora Teresa Maria Rocha Libano Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente

Prof. Doutor Miguel José Pereira de Athayde Marques

Vice-Presidente

Prof. Doutor Jorge Costa André

Vogais

Prof. Doutor Carlos Alberto Martins Portas

Prof. Doutor José Guilherme da Ponte Metello de Almeida Brito

Dr. Duarte Nuno Cardoso Ivo Cruz ■

LINHAS GERAIS DO PROGRAMA DE ACÇÃO

Manuel José do Carmo Ferreira

No trigésimo aniversário da criação da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, a Direcção eleita assume a história da instituição, na fidelidade ao projecto fundador de constituir “um centro de encontro e de cooperação académica”¹. Procurará, por isso, acentuar o *carácter científico*, isto é, o trabalho rigoroso de aceder à verdade possível na actual diáspora dos saberes e na complexidade das situações, e a *dimensão de catolicidade*, ou seja, atendendo à “realidade polifónica”² da cultura como a integral da experiência, já constituída ou por constituir, da verdade do ser humano, abrir para o universal que a todos possa vincular sem constringer, e com todos contar sem exclusão nem a pretensão de ter a última palavra que apenas pertence ao Senhor da História.

Um tal programa pretende encontrar as suas linhas de orientação na mensagem de Bento XVI na recente visita a Portugal, ao referir a aprendizagem que hoje mais importa à Igreja, o saber conviver “com o respeito por outras ‘verdades’ ou com a verdade dos outros”³, no seio de alterações de uma amplitude inédita do “quadro antropológico, cultural, social e religioso da humanidade”⁴.

Este quadro alterado de uma intensa e complexa novidade na compreensão de todas as dimensões do humano exige a capacidade de “enfrentar desafios novos” e a disponibilidade para “dialogar com culturas e religiões diversas”⁵, numa tensão muito viva entre a tradição e o presente, pois a cultura, que é reconhecimento e coincidência com o mais antigo do homem, é também a invenção, a descoberta e a surpresa perante a permanente novidade daquilo que o ser humano, na sua singularidade e na sua comunidade, sempre é, para o mal e para o bem, numa ambiguidade que nos acompanhará enquanto formos humanos.

O objectivo regente do nosso programa em concreto condensar-se-á então no tema *Novas fronteiras*, motivo mobilizador de iniciativas e princípio de coerência de actividades e realizações: novas são as fronteiras da visão científica do mundo, da justificação ética da existência, do alcance das actuais tecnologias, das formas da vida social, da legitimação dos poderes, como nova é a percepção do espaço e do tempo humanos, bem como dos dinamismos de onde emerge a verdade, a bondade e a beleza de que somos capazes ou que nos é prometida. O nosso programa de acção articula-se, deste modo, de acordo com três coordenadas fundamentais: um trabalho de identificação dos “sinais dos tempos”, isto é, a análise crítica e reflexiva daquilo que no presente convoca o futuro; o exercício de uma racionalidade prospectiva, ou seja, a capacidade de desenhar o horizonte de sentido e de estabelecer a pertinência de orientações e de finalidades; por último, a adopção da “esperança que não engana” e que rompe todas as clausuras e impede todas as desistências.

Para efectivar este programa, parece-nos imprescindível uma estratégia: dar voz e fazer convergir as secções especializadas da Sociedade, uma vez renovada a sua distribuição, como nos propomos, pela redução do seu número que nos parece excessivo (15), reagrupamento a operar por convergência de áreas científicas. Depois, partindo das realizações e das propostas das secções reconfiguradas, tentaremos culminar num grande encontro anual que privilegie o diálogo com o contexto mais alargado da cultura portuguesa, se a experiência entretanto havida e os esforços conjugados assim o recomendarem.

Parece-nos igualmente relevante dar continuidade ao comprovado trabalho enciclopédico da Sociedade e propor a preparação de um volume, *Anthropos*, que, para além da pertinência e actualidade intrínsecas, poderia potenciar, ao longo da sua elaboração colectiva, reuniões e trabalhos científicos conexos.

Como forma de prolongar e enriquecer o nosso contributo, procuraremos estar presentes, através de protocolos, noutros centros universitários, tomando como exemplo o já conseguido na Universidade de Coimbra, correspondendo deste modo também ao plano de desenvolvimento estratégico da Universidade Católica para o quinquénio de 2010-2015.

No capítulo da estrutura, organização e funcionamento, para além da já referida redução do número de secções, dispomo-nos a tomar duas medidas importantes: por um lado, promover a representação de cada secção por um dos seus membros, de modo a criar um colégio alargado de interlocutores permanentes junto da Direcção; por outro lado, interessando-nos sobremaneira promover e sustentar a participação empenhada de todos os membros da Sociedade Científica, intentaremos para esse efeito rever os actuais critérios de admissão de novos membros, de maneira a esbater certos automatismos que parecem instalados e que poderiam favorecer ou induzir a passividade ou o não comprometimento de alguns de entre eles.

Queremos também referir o nosso apoio ao boletim *Lumen Veritatis*, que tem sido um precioso instrumento de comunicação, a ser regularmente publicado em papel e/ou em suporte digital.

No plano mais particularizado das iniciativas a empreender, confiamos nas propostas das novas secções e dos membros da Sociedade, individualmente. Continuaremos a dar atenção a efemérides relevantes, documentos que surjam, do Magistério e outros, e a questões que a actualidade faça emergir com maior premência, nisto seguindo uma prática confirmada de anteriores direcções. Mas não deixamos de exemplificar como oportunidades possíveis de trabalho comum as seguintes propostas: a passagem do centenário da criação da União Católica, excelente ocasião de abordar uma questão que é de uma actualidade crítica, a Igreja no espaço público; o debate que se prevê em torno da ‘eutanásia’, ou grandes temas como a estética enquanto produtora de sentido, e ainda, segundo a sugestão de *Caritas in Veritate*, a problemática do governo da globalização e a instauração de um direito cosmopolítico, pois nos cabe – como nos propunha Bento XVI em Belém: “construir uma cidadania mundial fundada sobre os direitos humanos e as responsabilidades dos cidadãos”⁶. ■

⁶ Bento XVI, *Encontro com o mundo da Cultura*.

NOVOS SÓCIOS ADMITIDOS NA ASSEMBLEIA GERAL 16 de Junho de 2010

- Prof.^a Doutora Alexandra Assis Rosa Queiroz Barros
- Prof. Doutor António Matos Ferreira
- Prof.^a Cristina Maria da Silva Robalo
- Prof. Doutor Filipe Nuno Alves dos Santos Almeida
- Prof. Doutor Rui Alberto Amaral Mendes

¹ *Estatutos...*, p. 7.

² Bento XVI, *Encontro com o mundo da Cultura*.

³ *Loc. cit.*

⁴ Bento XVI, *Homilia da Missa no Porto*.

⁵ *Loc. cit.*

LEMBRAR FERNÃO MENDES PINTO, O “POBRE DE MIM” (1510?-1583)

João David Pinto Correia¹

O escritor viverá sempre na e pela obra. Por vezes, esconde-se tão bem que nada passa para a escrita; mas mais raramente, de modo decidido, parece revelar-se directamente, atribuindo-se a convocação como sujeito do que vai deixando. No entanto, pode ainda modelar outra proposta: convencendo-se a si mesmo e convencendo os outros, os seus leitores, que, registando a sua pessoa, a reinventa e a torna actor que se auto-sugere e se torna elemento de uma história parecida com a dele, mas reestruturada, reprojectada em cenários eles também baseados num real, porém desenhados e interpretados de outra maneira, aquela que considera mais adequada ao seu tempo e ao seu propósito narrativo.

Fernão Mendes Pinto pertence a esta última categoria: não faz propriamente autobiografia, mas contém alguns dos seus elementos; sendo narrador e sujeito principal do seu universo ficcional, torna-se representante em primeira pessoa dele próprio, mas também de um Nós colectivo.

Peregrinação, título que levanta logo problemas de variada interpretação semântica e histórico-literária, é das excepcionais obras da literatura portuguesa, devido justamente aos aspectos de confluência de elementos reais (desde há já alguns anos investigados por especialistas), de natureza dos eventos e episódios narrados, com a integração das experiências vividas pelo sujeito-narrador (repetidamente designado “pobre de mim”), bem como da convocação de ingredientes ficcionais ou de obediência a modelos de descrição e narração em episódios (combates e tempestades, por exemplo).

Trata-se de um vasto painel de eventos das viagens que integram a mais vasta peregrinação, em duzentos e vinte e seis capítulos, seguidos pela ordem cronológica na diegese, mas sempre submetidos a uma organização magistralmente concebida em ordem a conseguir um todo construído com intencionalidade de estruturação em que os grandes conjuntos se arrumam de forma sintáctico-narrativa quase de modo especular: Introdução com correspondência à Conclusão, um percurso pessoal do sujeito-eu em paralelo com a penúltima parte, também de vivência explícita em primeira pessoa, um todo de episódios respeitantes a um sujeito-outro que ascende a papel principal (António de Faria), a que corresponde um antepenúltimo conjunto em que predomina a figura de outro sujeito, representante de faceta completamente diferente, mesmo oposta (Francisco Xavier) e, no centro da obra, a diluição do sujeito individual num “nós” colectivo de portugueses (“Nós Portugueses”), logo seguida da consideração de um outro colectivo (“Nós – Outro”), mantendo em cada um deles a implícita e muitas vezes afirmada participação do sujeito-eu, sempre condutor do fio narrativo. Donde, poderemos acrescentar que a obra não constitui o “universo” de um só protagonista (o sujeito – narrador), condutor da narrativa, mas, ao mesmo tempo, e sobretudo, de um todo plural em que esse “eu” se integra, ressaltando a significação mais elevada de ser também

(acreditamos que principalmente) a “ambição” de tornar *Peregrinação* predominantemente obra de alcance colectivo, de todos os portugueses, senão mesmo universal.

Fernão Mendes Pinto representa, no registo da sua tão adiada narrativa (foram muitos os anos em que esperou pela publicação), tão controversa no que respeita à sua aceitação e tão apaixonante nas opiniões que despoletou, um momento alto da auto-representação do indivíduo homem e escritor e também a celebração de uma proposta de consciência e de projecto de homem português e mesmo de “cidadão do mundo”, não só pelo que viveu ou mesmo tenha inventado para testemunhar essa sua experiência de vinte e um anos de viagens pelo Extremo-Oriente, mas igualmente pelo que viu, acompanhou e testemunhou nos muitos horizontes do mundo da sua época. Estou em crer que Mendes Pinto acompanha e completa em plena igualdade a imagem do Português e do Homem deixada por Camões: outra, sem dúvida, mais realista, mais abrangente, mais global.

Da representatividade da sua escrita e da sua força construtiva de narrativa exemplar, outros falaram melhor do que eu, mobilizando mesmo os mais excepcionais estudiosos da cultura e literatura portuguesas. Apenas registo a apreciação que um ilustre universitário, recentemente desaparecido de entre nós, Aníbal Pinto de Castro, nos deixou a propósito do (a palavra seguinte é minha) “génio” literário de Mendes Pinto:

“Manejando um vocabulário extraordinariamente enriquecido pelos léxicos orientais, usando a transcrição de frases e sentenças nas línguas indígenas, construindo uma sintaxe mais preocupada em traduzir a emoção do momento (fosse ela de dor, de admiração ou de exagero), recorrendo às fórmulas de saudação ou contagem do tempo ouvidas por tão longes terras, valorizando o pormenor, descrevendo e retratando com um agudo sentido do real laivado de ironia, comparando, hiperbolizando, criando riquíssimos conjuntos metafóricos e lançando mão da perífrase tão característica das expressões orientais, trocando as regras da *elocutio* pela espontaneidade expressiva de excelente efeito, inventando combinações semânticas entre qualificante e qualificado, de fina expressividade na tradução de conteúdos simultaneamente reais e abstractos, o Autor da *Peregrinação* pôde, com efeito, criar um discurso próprio e perfeitamente adequado à sua própria visão, ao mesmo tempo verdadeira ou posteriormente reconstruída, cujos aspectos e valores sabia que iriam despertar a mais ávida curiosidade no destinatário, entidade que ele, aliás, nunca esquece”.

Creio que o testemunho que escrevo se insere na comemoração do centenário do nascimento de Fernão Mendes Pinto. Deste modo, a evocação do ilustre quinhentista será válida para os próximos tempos, visto que 1509 ou 1510 é data não certa do seu nascimento, a qual pode ser também reclamada para 1511 e até mesmo para 1514, nas opiniões diversas dos seus biógrafos e historiadores. ■

¹ Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa e Centro de Tradições Populares Portuguesas – FLUL / FCT

MARK TWAIN (1835-1910)

Margarida Vale de Gato e Teresa Cid

Quem terá escapado ao uso dos seus aforismos, ainda que sem lhes reconhecer a paternidade, quem não o viu já transformado em produto da indústria da cultura, quem não se lembra de Tom e Huck na TV? O autor que foi a primeira super-estrela norte-americana¹, nascido e falecido entre duas aparições do cometa Halley, é hoje uma imagem de marca. Já em 1863, Samuel Langhorne Clemens terá adoptado o pseudónimo de “Mark Twain” para que pudéssemos questionar a sua garantia, ou fidedignidade, indissociável da tendência para as histórias empoladas que corriam no lugar “de origem demarcada” para as suas primícias literárias, o rio Mississipi, visto que se apropriou da expressão regional “marca de duas braças”, profundidade abaixo da qual os barcos a vapor podiam encalhar. Por outro lado, se nos reportarmos ao uso arcaico da palavra “twain” – dois – o apelido serve com justiça o criador de famosos pares literários como Tom e Huck ou “o príncipe e o pobre”, que se comprazia em trocar os papéis das personagens e se ocupou da exploração de binómios arquetípicos, como Adão e Eva, Deus e Satanás, Bem e Mal. Foi, verdadeiramente, abençoado com o dom da “dupla visão”, visto que através do humor – às vezes bem disposto e compadecido, e outras virulentamente negro – conseguiu desmascarar contradições que foram do seu tempo (a supremacia da pedagogia de adultos preconceituosos mesmo quando tementes a Deus, a desigualdade de tratamento entre os sexos, a formação padronizada oferecida às crianças e aos adolescentes, as perversidades da imposição da democracia, o uso precipitado da tecnologia) mas que se estendem ao nosso, sublinhando a precariedade da ideia de progresso, ou características que são frequentemente transversais ao ser humano (a ganância, a hipocrisia de posturas de rectidão, a fragilidade da integridade em situações de crise, ou a cobardia quando parte da multidão).

Twain foi também homem de muitos ofícios e convicções fortes. Foi jornalista, contista, romancista, piloto de barcos, tipógrafo, soldado da Confederação, desertor, presbiteriano, maçom, anti-imperialista, pacifista. É possivelmente o autor norte-americano mais popular em todo o mundo, e em Portugal o número de edições da sua obra rivaliza só com Edgar Allan Poe. Como seria de esperar, nem Poe escapou à verve crítica de Twain – insinuando que para o ler tinha de ser pago – mas o criador do Corvo mereceu também alusões na ficção do humorista, especialmente numa pequena paródia ao género policial, *The Facts Concerning the Recent Carnival of Crime in Connecticut* (1876), em que o protagonista se compraz na libertinagem depois de assassinar a sua consciência, deixando-a a assombrar a estante de livros onde se empoleira. Seria típico de Twain arrumar a consciência numa prateleira, já que nos avisa, logo à entrada de *Adventures of Huckleberry Finn* (1884), que

todos quantos queiram achar na obra uma moral serão expulsos por ordem do autor. Ainda assim, Twain continua cativo nas estantes das nossas casas. Se em 1935 Hemingway o considerou impulsor da moderna literatura americana, em Portugal no final do século XIX, Fernandes Costa salientava, ainda em vida do autor, a universalidade que lhe permitia atravessar continentes e classes sociais:

os seus livros são a alegria do pobre operário das docas de Londres e o desenfado do oficial de cypaios roído pelas febres indianas (...), e muitas vezes, ao lê-los, o squatter faz retinir com as suas gargalhadas a sua cabana perdida no meio das solidões australianas.

(...) O que pretendia Mark Twain? Simplesmente inspirar algumas noções (não excessivamente subtis) do justo e do bem a homens que de outro modo não estavam dispostos a recebê-las.[sic]²

Foi da reputação e recepção de Twain em Portugal, não só na literatura como nas artes visuais, que tratou uma exposição na Biblioteca Nacional de Portugal, proposta pelo Grupo de Estudos Americanos do Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa, durante o mês de Outubro. O mesmo grupo juntou-se a investigadores da Universidade de Coimbra e à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, na organização de um Colóquio Internacional, a 8 de Outubro. Twain e a ambivalência dos valores humanos, discutido por Peter Messent, e Twain como o escritor transatlântico que deu entusiasmo e vigor à prosa dos E.U.A. e a difundiu pelo mundo, sublinhado por Shelley Fisher-Fishkin, foram os temas escolhidos pelos conferencistas estrangeiros, a que se juntaram as vozes de especialistas nacionais, exemplo de Stephen Wilson que apreciou Twain como jornalista. No final, foi lançado o livro *A Viagem dos Inocentes*, da Tinta da China, primeira tradução para português de um dos seus textos mais populares. Além de ser o primeiro grande sucesso de carreira de Mark Twain, é um excelente exemplo de humor desassombrado e de espírito (auto-)crítico, dirigido a um dos primeiros fenómenos de turismo de massas: a visita de “peregrinos”, culturalmente inocentes, ao mundo da arte e civilização antiga da Europa e da Terra Santa, por meio de uma excursão no vapor nova-iorquino *Quaker City* que o próprio escritor integrou em 1867.

“Está morto?”, perguntam várias vezes neste livro os viajantes após lhes ser contada a história de alguém, por exemplo Cristóvão Colombo. Risível e objecto de sátira, é, ainda assim, questão a que importa responder: não, está vivo e recomenda-se. ■

¹ Roy Blount, Jr., “Mark Twain: Our Original Superstar”, *Time*, 3 de Jul. de 2008, acesso online em <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1820166,00.html>

² Fernandes Costa, “Notícia Bibliographica” in Mark Twain, *O Roubo do Elephante Branco e Outras Histórias*, vers. F. Costa, Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890, 6-7.

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE: “BANDA DESENHADA” (BD)

Alexandre Castro Caldas

1. A banda desenhada foi durante muito tempo malquista por pais e pedagogos. Depois, passou para o outro extremo e entrou, muito recomendada, em todas as práticas pedagógicas. Que pensa disto?

Tudo o que se possa dizer sobre este assunto resulta mais de convicções do que de resultados de qualquer pesquisa. Todo o trabalho de pesquisa nestes domínios é difícil. Em termos de processamento de informação penso que tanto a banda desenhada como o texto escrito são veículos eficazes para conduzirem a informação ao cérebro. É provável que a recusa inicial dos pais e pedagogos tivesse sido o resultado da sua própria dificuldade de descodificar esta informação. Há evidência na literatura que as pessoas idosas, em estudos feitos já há alguns anos, tinham dificuldade em compreender os “comics”. É possível que essa dificuldade tenha influenciado a oposição. Por outro lado, a passagem para o outro extremo resultou da opinião de uma nova geração formada já na cultura da banda desenhada.

Posso talvez acrescentar que a banda desenhada tem menos potencial de estímulo da imaginação pois as imagens visuais são fornecidas. No texto escrito o leitor é forçado a gerar as suas próprias imagens.

Não podemos esquecer que a escrita ideográfica antecedeu a alfabética e que a BD tem qualquer coisa de semelhante com a escrita ideográfica.

2. Tendo em conta, globalmente, quer a banda de heróis infantis, quer a de feição humorística, passando pela narrativa fantástica ou de aventuras, o “pôr em quadrados” passa a ter algo que ver com a forma como a pessoa apreende o mundo. O “quadricular” o texto também. Em termos cognitivos, é mau ou é bom?

Nem sempre a BD quadricula o mundo, e a segmentação da informação é semelhante aos parágrafos do texto.

É sempre difícil de dizer o que é bom e mau, mas estou certo que a geração do Cavaleiro Andante aprendeu muito ao sábado de manhã: de história, de química, de física e de ciências naturais...mas também sonhou com as aventuras e divertiu-se com alguns heróis.

O cérebro adapta-se com facilidade às apresentações diferentes e consegue arranjar caminhos rápidos para descodificar as mensagens e compreender a sequência.

3. Ler um texto tem um tempo. Decifrar imagens também tem o seu, certamente diferente. Conjuguar os dois na brevidade “impactante” que a BD requer, não incurrirá uma versão anormalmente “acelerada” (nos sentidos próprio e correlativos do termo) da vida, porventura nociva ao crescimento dos leitores jovens?

A leitura de texto é mais lenta que a descodificação da mensagem dos desenhos e, por vezes, é preterida na conjugação das duas. É importante que o significado dependa da descodificação das duas.

O colocar uma bola de texto junto à boca do herói obriga à leitura e dá-lhe vida e “movimento”. Por vezes o texto é extenso e está no topo do quadrado ou em baixo, obrigando a uma quebra do ritmo o que não é mau.

27 de Outubro de 2010 ■

NA MORTE DE UM PRÉMIO NOBEL PORTUGUÊS: JOSÉ SARAMAGO – NOTA DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL

O Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura expressa o seu pesar na morte de José Saramago, grande criador da língua portuguesa e expoente da nossa cultura. José Saramago ampliou o inestimável património que a literatura representa, capaz de pelhar profundamente a condição humana nas suas buscas, incertezas e vislumbres.

Como é público, o cristianismo e o texto bíblico interessaram muito ao autor como objecto para a sua livre recriação literária. Há uma exigência e beleza nessa aproximação que gostaríamos de sublinhar. O único lamento é que ela nem sempre fosse levada mais longe, e de forma mais desprezada de balizamentos ideológicos. Mas a vivacidade do debate que a sua importante obra instaura, em nada diminui o dever da cordialidade de um encontro cultural que, acreditamos, só pode ser gerado na abertura e na diferença.

Lisboa, 18 de Junho de 2010

IN MEMORIAM

PADRE JOÃO RESINA RODRIGUES

Vitor Feytor Pinto

O Padre João, como habitualmente foi tratado, durante 30 anos, na comunidade paroquial do Campo Grande, cumpriria 80 anos neste 5 de Outubro de 2010. Deixou-nos alguns meses mais cedo, a 3 de Junho, curiosamente, dia do Corpo de Deus. Foi celebrar nesse dia, na eternidade, o banquete profetizado por Isaías (Is 25, 6).

O Padre João concluiu o curso de engenharia no Instituto Superior Técnico e só depois se apercebeu da vocação sacerdotal e deu entrada no Seminário dos Olivais. Foi ordenado presbítero a 19 de Abril de 1959. Depois de trabalhar na paróquia de Santa Maria de Belém, com o Padre Felicidade Alves, foi convidado a fazer o doutoramento em Filosofia, na Universidade Católica de Lovaina. O seu contacto com inúmeros professores das universidades da Europa, garantiu-lhe uma cultura invulgar e uma preparação teológica fora do normal. Estava em Lovaina quando se desenrolava o Concílio Vaticano II, o que lhe permitiu acompanhar o pensamento do Rahner, de Hans Kung, de Ratzinger, de Yves Congar, de Schillebeeckx e de tantos outros. Regressando a Lisboa, integrou o corpo de professores do Instituto Superior Técnico, com uma especial atenção para a Matemática e a Física Quântica, a Filosofia da Ciência, a Ética e a Deontologia Profissional. Só em 2000, ao atingir o limite

de idade, deixou o ensino. Também leccionou alguns anos na Universidade Católica. Em 2000 foi eleito membro da Academia de Ciências de Lisboa. Publicou em 1998 *Introdução à Teoria da Relatividade Restrita*.

Como sacerdote, com especial carisma para a análise teológica e para as ciências sociais, assumiu durante anos a assistência religiosa da Capela do Rato, depois foi pároco de S. Nicolau (na baixa lisboeta) e de Moscavide (na periferia). No início da década de 80, assumiu com o Padre Armindo Duarte, o trabalho pastoral da Paróquia do Campo Grande, paróquia que renovou no campo da catequese, criando uma estrutura modelo no acompanhamento das crianças e suas famílias. Esteve ainda uns anos como pároco da Cruz Quebrada regressando, logo depois, ao Campo Grande onde enriqueceu a comunidade com as homilias publicadas num livro – *Palavras No Tempo*, em dois volumes – com a formação de catequistas, o acompanhamento espiritual de iminentes pessoas e a preocupação pelos mais pobres.

A morte do Padre João Resina Rodrigues constitui uma perda para a ciência tão necessitada de valores e uma perda para a Igreja onde a sua passagem não foi em vão. Agora, adormeceu na paz. ■

PERDEMOS UM HOMEM BOM

Maria Vitalina Leal de Matos

No passado dia 8 de Outubro desceu à terra, no cemitério de Cernache, Aníbal Pinto de Castro, rodeado dos seus amigos, vindos de Coimbra, do Porto, de Lisboa, do povo de Cernache, do Bispo de Coimbra, e de representantes das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, o Presidente da Câmara, o director da Biblioteca Geral, membros da Academia das Ciências, da Academia de História, membros do Conselho de administração da Fundação Cupertino de Miranda, a que pertencia, representantes da Misericórdia de Coimbra da qual era o actual Provedor, da confraria da Rainha Santa a cuja Mesa presidia, e da Real Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, de que era o Chanceler.

Estávamos todos ali, para a despedida ao grande Amigo que, sem tambores nem trombetas, humildemente, era sepultado

em campa rasa, tendo deixado expresso que não devia haver discursos nem elogio fúnebre.

Lembro-me que – quando este boletim deu um relevo, no seu parecer excessivo, à morte de um ilustre sócio, antigo ministro – ele me disse gravemente: «na morte, Maria Vitalina, somos todos iguais.» A esta verdade, submetera-se ele, que não era homem para falar barato. Igual, humilde, humano.

Entregávamos à terra um **gigante das letras portuguesas**, o último, no seu género, um homem que aliava ao saber enciclopédico sobre toda a literatura portuguesa, a profundidade de análise, de crítica e de preparação teórica dos seus inumeráveis estudos, a paixão das Humanidades, dos livros, e um imenso gosto de ensinar.

Escrevi há uns dez anos, talvez, o verbete sobre a sua pessoa, como estudioso da literatura, para a enciclopédia *Biblos*, e fiquei



assombrada com a quantidade de artigos e de domínios que o seu saber abrangia. Ele era a poesia medieval e tradicional, ele era a dinastia de Avis, ele era o *Cancioneiro Geral*, Gil Vicente, António Ferreira, Camões e toda a literatura e historiografia do século XVI, ele era o barroco – e neste a sua dilecção pelo Padre António Vieira – ele era o teatro do século XVIII, ele era todo do século XIX, com relevo para os estudos camilianos, nos quais a sua obra se notabiliza, não só com os estudos, mas também com o cuidado e o trabalho na casa de S. Miguel de Seide, onde remodelou as instalações e fez construir uma Casa Museu Camilo Castelo-Branco, concebendo, conseguindo apoios até para um Centro de Estudo, onde podem permanecer investigadores e estudiosos. Na sua dedicação a Camilo, abrilhantou os inesquecíveis Encontros Camilianos, que nunca frequentei, onde se aliava aos prazeres intelectuais o gosto da boa mesa, e das tertúlias de amigos. E no século XIX, continuava com Eça de Queiroz, Oliveira Martins e tantos outros...

Nesse dia 9 de Outubro, o *Diário de Coimbra*, dedicou-lhe a sua 1.^a página, honra lhe seja feita. Que eu saiba, nenhum outro meio de comunicação social fez eco da sua morte, e da grandeza da personalidade que a Cultura Portuguesa perdia, excepto a homenagem que Paula Moura Pinheiro lhe fez no programa «Câmara Clara».

Pego-lhe na palavra, usando uma frase que ele dizia por vezes, com bom humor, citando o soneto *Alma minha gentil*: «Isso só “no assento etéreo”»; «Quando estiver “no assento etéreo”»... Agora que ele lá está, «no assento etéreo», deve olhar para tudo isto com um sorriso de bonomia, e perguntar: *que importância tem isso?*

Mas, para nós, do lado de cá do grande mistério, tem, tem mesmo importância.

Que falta faz a cultura portuguesa?

Pelos vistos, nenhuma. «Há mais vida para lá do *deficit*», disse o outro.

Há? Não se dá muito por isso, tirando aquilo que não é notícia, o sofrimento que guardamos, a saudade que deixou em tantos, e a falta que todos nós sentimos.

Nós não somos apenas os estudiosos e literatos. São as crianças, brancas e pretinhas, que estiveram no enterro junto à campa, pois ele as acompanhava sempre quando alguém lhes morria: na Casa da Infância Dr. Elísio de Moura, de que foi Presidente da Direcção por dezenas de anos, não deixava passar o funeral de um ente querido das pequenas ou juvenzinhas, sem as acompanhar ao cemitério.

Nós são também os rapazes do Colégio de S. Caetano, dependente da Misericórdia.

Nós são também os homens da Confraria da Rainha Santa, cuja piedade entranhada ele percebia e da qual comungava comovido, contando-nos impressionado a devoção com que o povo acompanhava e assistia à procissão, ensinando aos filhos as dádivas que deviam das promessas feitas à Rainha que passava no andor, carregado pelos homens com honra e disciplina.

Nós são todos aqueles que beneficiaram da direcção que teve da Sociedade Filantrópica da Universidade de Coimbra.

Nós serão muitos antigos alunos, como o rapazinho da Guiné, onde ele fizera a tropa durante a guerra colonial, que se atrapalhava perante o vocabulário arresado da assistente durante um exame na Faculdade. O Aníbal, presidente do júri, pediu-lhe: «A colega dá licença que eu intervenha?» E começou a interrogá-lo *em crioulo!* O rapaz, até os olhos lhe riam! Pô-lo à vontade, interrogou-o de forma simples e chegou à conclusão de que sabia o suficiente para ser aprovado.

São todas estas pequenas ou grandes coisas, estas dedicações, a atenção ao *outro*, trabalhos gratuitos a bem da comunidade, sofrimentos silenciosos, a intolerância com a mentira, a mediocridade e a traição, a solidariedade activa com os mais desprotegidos, a oração, a generosidade de tempo, dinheiro e saber que passam anónimos na nossa sociedade, que não são notícia, e algumas talvez não possam ser...

É porque alguns conhecemos estas colunas firmes, que confiamos, que cremos que nem toda a gente vive da ganância, da corrupção, da mentira e trepando por processos ínvios e sujos. Que continuamos a acreditar que há gente honesta, generosa e culta.

É sobre a obra destes homens bons que o tecido da sociedade se urde, se concerta, se torna humano e nos dá esperança no futuro, aprendendo com os seus exemplos. ■

UMA OBRA DE ARTE NA UCP

Maria Isabel Roque

Painel composto por módulos de repetição (10 de altura por 5 de largura). Cada módulo é formado por um plano de fundo quadrangular a verde, sobre o qual se destaca, em alto-relevo e a vermelho, um motivo esférico que se prolonga numa moldura circular de bordos salientes e arredondados, criando uma alternância de côncavo e convexo.

De forte estruturação geométrica, a composição fundamenta-se no confronto entre a rigorosa repetição do conjunto e o contraste cromático (vermelho e verde) e formal (quadrado e círculo) da unidade.

Manuel Cargaleiro, ceramista e pintor português tem uma obra sobejamente reconhecida e premiada em Portugal e no estrangeiro. Em 1949, participou no primeiro salão de cerâmica organizado por António Ferro, no SNI (Secretariado Nacional de Informação), em Lisboa e, desde então, a apresentação dos seus trabalhos em exposições colectivas e individuais tem sido contínua e complementada pela edição de catálogos e estudos monográficos sobre a sua obra. Integrou, desta forma, a geração de artistas plásticos como Maria Keil, Querubim Lapa e Eduardo Nery que, em meados do século XX e na senda dos trabalhos precursores de Jorge Barradas e Keil do Amaral, reabilitaram o azulejo no âmbito das artes plásticas, exploraram novas linguagens e técnicas e desenvolveram uma importante obra no âmbito da azulejaria, correspondendo a uma crescente solicitação por parte de entidades oficiais e particulares.

Em 1957, uma bolsa do governo italiano permitiu-lhe visitar Itália e estudar a arte e tecnologia cerâmica em Faenza, Roma e Florença. No mesmo ano, fixou residência em Paris, onde conviveu com Arpad Szénes e Vieira da Silva, cuja influência é nítida na sua obra, nomeadamente, nas paisagens urbanas, composições geometrizadas, preenchidas por cadeias repetitivas de motivos detalhados e imbricados.

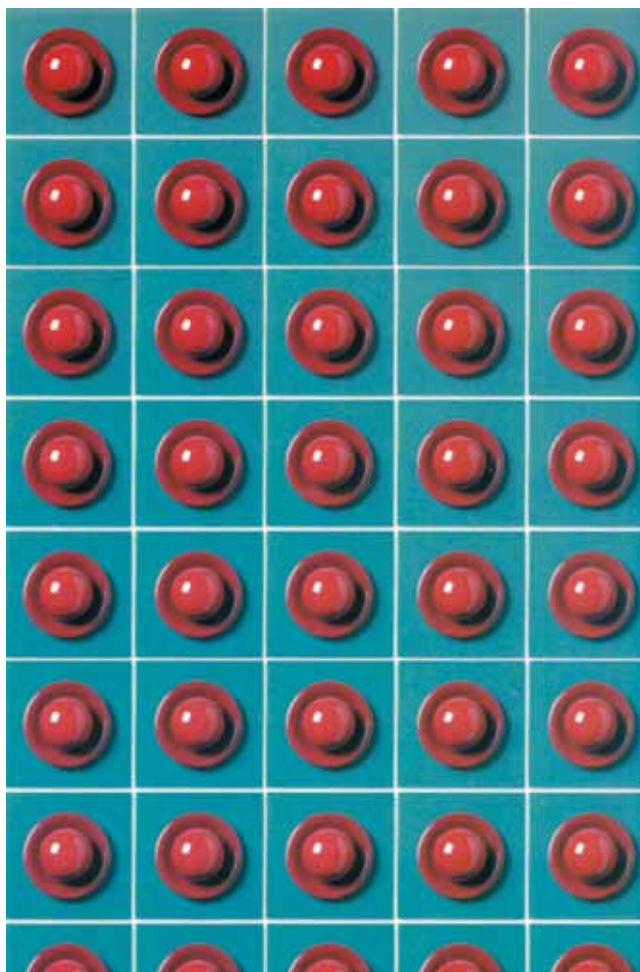
Desde 1999, fixou a sua actividade em Vietri sul Mare, importante centro de produção cerâmica no Sul de Itália, onde, em 2004, inaugurou a *Fondazione Museo Artistico-Industriale Manuel Cargaleiro*.

A obra em análise integra-se numa série dos sete painéis, realizados em 2006 e apresentados na exposição comemorativa dos seus oitenta anos, intitulada *Manuel Cargaleiro: 7 propostas para a Arquitectura* (Lisboa, Museu Nacional do Azulejo, 16 Mar. 2007-24 Jun. 2007). Estas obras, que reinterpretam padrões ancestrais e a aplicação de volumetrias à cerâmica de revestimento, evocam trabalhos anteriores do artista, como o revestimento parietal da estação de metro de Champs-Élysées-Clemenceau, em Paris, onde, em 1995, já inseria painéis monocromáticos, a branco, com figuras geométricas elementares (quadrados, triângulos e losangos) ligeiramente relevados. O ineditismo estabelece-se, sobretudo, através da volumetria adoptada, que cria um efeito dinâmico em que a luz e a sombra se conjugam na criação de tonalidades mutantes, ainda que submetidos ao ritmo regular e reticulado dos motivos esféricos salientes sobre uma base lisa e uniforme, sublimando, através de uma síntese elaborada, a linguagem estética abstractizante, concisa e coerente, prosseguida por Cargaleiro.

Bibliografia:

- Azulejos* [catálogo da exposição]: *obras do Museu Nacional do Azulejo* / introd. Maria Antónia Pinto de Matos. Paris: Changeigne; Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, 2009, p. 122.
- Manuel Cargaleiro* [catálogo da exposição]: *7 propostas para a Arquitectura = 7 proposals for architecture*. Coord. Paulo Henriques; textos Enzo Biffi Gentili; trad. John Elliott. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo, D.L. 2007.

Nota: Agradecemos a colaboração da Senhora Prof. Doutora Maria da Glória Garcia.



Relevo cerâmico de repetição

Manuel Cargaleiro (Vila Velha de Ródão, 1927-)
Itália, Vietri Sul Mare – 2006

Faiança moldada e vidrada a vermelho e verde

Dim.: 350 x 150 x 11cm; unidade: 30 x 30 x 11 cm

Datação e assinatura no canto inferior direito: 2006/CARGALEIRO

Proveniência: doação do autor

Lisboa, Universidade Católica Portuguesa

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica

Palma de Cima – 1649-023 Lisboa

Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46

scientif@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt

Directora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Digitalização de imagem DigiCult

Paginação e Impressão SerSílito

Depósito Legal N.º 74994/94